



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE AS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

ARIANE ANDRADE DA SILVA¹

DOLORES COSTA LIMA VIDAL²

RESUMO

Trata-se de trabalho resultante de reflexões teóricas, a partir da experiência profissional enquanto assistente social em uma Residência Multiprofissional. O objetivo foi trazer elementos para discutir acerca da necessidade da articulação entre política de saúde e educação, diante das demandas latentes que perpassam o acesso e permanência das crianças e adolescentes com deficiência nas escolas.

Palavras-chave: Deficiência; intersetorialidade; Política de Educação; Política de Saúde

ABSTRACT

This work is the result of theoretical reflections, based on professional experience as a social worker in a Multiprofessional Residency. The objective was to bring elements to discuss the need for articulation between health policy and education, given the latent demands that permeate the access and permanence of children and adolescents with disabilities in schools.

Keywords: Deficiency; intersectorality; Education Policy; Health Policy

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo produzir reflexões e indagações acerca da necessária articulação entre a política de saúde e a política de educação, frente a promoção

¹ Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (Instituto Federal Fluminense/ Fundação Oswaldo Cruz)

² Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (Instituto Federal Fluminense/ Fundação Oswaldo Cruz)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

integral do cuidado das pessoas com deficiência³. A temática tornou-se objeto de reflexão a partir da experiência profissional em um ambulatório de neurologia pediátrica, além de tema de investigação para o Trabalho de Conclusão de Residência (TCR).

A partir das indagações iniciais dos atendimentos realizados pelo serviço social às famílias de crianças e adolescentes com deficiência e dos diálogos com a equipe de saúde do referido ambulatório, percebeu-se uma demanda crescente das famílias apresentando requisições da escola relacionadas a laudos médicos, indicação para profissional de apoio escolar, cuidadores, dentre outros, visando garantir os direitos das crianças e dos adolescentes no espaço escolar. Dessa maneira, à medida em que as demandas relacionadas à garantia do direito à educação são postas para os serviços de saúde pelas famílias, tornam-se também objeto passível de intervenção desses profissionais, lembrando que não constam nas legislações de garantia de direitos a educação, a exigência de documentações dessa natureza como pressuposto para o acesso à educação ou intervenções que dizem respeito aos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo modelo de proteção social brasileiro, promovendo importantes avanços no âmbito dos direitos sociais e políticas sociais. No que tange a política de educação, a partir desse período — também resultado das lutas dos movimentos sociais —, os avanços conquistados relacionavam-se à universalidade do acesso e à inclusão de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, no que refere-se ao aparato jurídico-legal, as conquistas legislativas significaram um passo em direção ao rompimento do modelo biomédico⁴ de deficiência, trazendo avanços no que tange a cidadania e a participação social desses indivíduos.

Contudo, no caminho entre a legislação construída e sua efetivação na realidade concreta dos sujeitos, há importantes lacunas e desafios, evidenciando que a política de educação ainda permanece permeada por barreiras. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³ Segundo a Lei N 13.148 que institui a Lei Brasileira de Pessoa com Deficiência, “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade” (Brasil, 2006)

⁴ O modelo biomédico traz uma visão tradicional da deficiência que a coloca de maneira individualizada e propicia os processos de medicalização (Shakespeare, 2006), representando os corpos a partir das dimensões anatômicas e fisiológicas (Breton, 2013). Essa abordagem acaba levando a deficiência para o caminho da patologização, em que a deficiência é compreendida como doença que carece de cura. (Cunha, 2021, p.308)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(IBGE, 2022) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, confirmam tal fato ao constatar que a taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência era de 19,5% em comparação a 4,5% das pessoas sem deficiência. Outro dado relevante que a pesquisa também aponta refere-se a diferença entre a taxa de escolarização das pessoas com deficiência, entre 6 a 24 anos, e as sem deficiência, sendo que as pessoas com deficiência têm taxa menor de escolarização comparado com o grupo das pessoas sem deficiência. (IBGE,2022)

Nesse sentido, é evidente que persistem as dificuldades para acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas, com repercussões no cuidado em saúde. Visto que, esse cenário resulta em perdas significativas no que tange os processos de desenvolvimento, de socialização e de aprendizagem.

Nesse sentido, à medida em que há um fluxo de demandas das escolas para o serviços de saúde — ainda que sejam contraditórios —, estes podem indicar um caminho para a criação e fortalecimento de intervenções intersetoriais e integrais. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também destaca a importância da intersetorialidade, na “oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência”. (Silva, et.al, 2022, p.2)

Dessa forma, para a construção de ações competentes a partir das demandas postas pelas famílias, torna-se fundamental que os profissionais da saúde busquem pautar suas intervenções sob a perspectiva do conceito de saúde ampliado. Assim, além de fomentar os limites da atuação profissional no cuidado em saúde, indica a necessidade da adoção da intersetorialidade e da integralidade do cuidado como orientadores fundamentais do processo de trabalho.

Assim, é possível inferir que a deficiência é uma condição que produz demandas multifacetadas e complexas, em que a intervenção fragmentada e desarticulada não promove a inclusão e não atende as necessidades das famílias, podendo reforçar os estigmas e produzir violências. Nesse sentido, diante dos desafios postos e do reconhecimento da importância do cuidado integral e intersetorial para o acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas, urge refletir sobre as possibilidades de articulação e de proposição de estratégias coletivas que fomentem a promoção do cuidado e o caminho para a participação social plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Intersetorialidade na prática: Saúde e Educação em foco

É notório que ao longo desenvolvimento das políticas de educação e saúde — entre avanços e retrocessos de um sistema permeado pela correlação de forças e lutas societárias —, há um esforço para garantir o direito das pessoas com deficiência.

A priori, é importante destacar que a trajetória de articulação entre a saúde e educação no trato da pessoa com deficiência não é recente. Assim, a direção das ações adotadas nos modelos educacionais eram perpassadas pelo conceito de deficiência defendido pela saúde.

A medicina teve destaque nesse processo, não somente no tratamento despendido às pessoas que apresentavam alguma anomalia, mas também passou a interferir na maneira em que eram ofertadas ações de escolarização a esse público. Não por acaso, estas emergiram de experiências elaboradas por médicos, que despertaram o interesse sobre a necessidade de escolarizar indivíduos com deficiência que, em sua maioria, habitavam hospitais psiquiátricos, sem distinção de patologia ou idade, principalmente nos casos de deficiência mental. (Silva & Ribeiro, 2017, p.143)

No Brasil, o processo de medicalização da deficiência também ocorreu, pois, inúmeras pessoas com deficiência, principalmente aquelas lidas como incapazes de aprender, eram postas em hospitais psiquiátricos em uma lógica de exclusão e segregação (Silva & Ribeiro, 2017).

Nesse sentido, ainda que seja pautada por uma lógica de violência, da produção/reprodução de estigmas e a da exclusão, a construção de intervenções articuladas entre a saúde e a educação são tendências que se expressam historicamente no trato da deficiência.

A partir da Constituição Federal de 1988 e das mobilizações de movimentos sociais, no que tange os direitos sociais e as políticas públicas, as legislações subsequentes reproduziram as conquistas das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, as leis, as resoluções e estatutos foram materializados sob uma lógica que rompia com o modelo biomédico de deficiência - ainda que hegemonicamente, haja dificuldade na implementação e efetivação dos direitos - e estimulava a construção de intervenção intersetoriais.

No que refere-se a política de saúde, os avanços foram possibilitados pelo movimento de Reforma Sanitária, pois promoveu ruptura com o conceito restrito de saúde, orientado pela lógica biomédica, que entendia saúde somente como ausência de doença. Sob essa perspectiva, considerando a influência da saúde no trato da deficiência, também produziu avanços no cuidado das pessoas com deficiência, onde a mudança de paradigma também foi importante para os avanços conquistados por esses indivíduos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ressalta-se que as expressões da “questão social” passaram a ser consideradas como importantes atravessadores no processo saúde/doença, que também perpassam as pessoas com deficiência. O que também possibilitou uma outra forma de análise da deficiência, para além de uma condição clínica, como um marcador social que produz desigualdades e opressão na vida dos sujeitos.

As barreiras sociais, consequência da pobreza e de outros processos sociais resultantes da relação capital e trabalho, tornam a experiência da deficiência desigual ao ser relacionada com as pessoas sem deficiência e, conseqüentemente, pode ser considerada como expressão da questão social. (Cunha, 2021, p.304)

Dessa forma, adotar essa compreensão torna-se um elemento imprescindível ao pensar o processo saúde/doença das pessoas com deficiência e a promoção do cuidado. Considerando que, as demandas postas pelos indivíduos vão perpassar esses atravessamento e aparecerão no cotidiano como questões referentes a matrículas nas escolas, acesso a profissional de apoio escolar, o direito da criança e do adolescente permanecer na escola em períodos regulares .

Assim, na medida em que essa estrutura produtora de violências é desconsiderada, além de impossibilitar a construção de estratégias e intervenções efetivas, também pode incidir em uma prática que responsabilize as famílias. Nesse sentido, entender os atravessamentos sociais, políticos e econômicos da deficiência significa percorrer um caminho no qual são pensadas estratégias de cuidado para além da medicalização, mas sim propostas que possam incidir na construção da inclusão e na plena participação das pessoas na sociedade.

O conceito de deficiência é visto sob a perspectiva biopsicossocial, resultando da interação entre aspectos ligados à funcionalidade do sujeito, com as barreiras por ele encontradas para a participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, abandona-se um paradigma exclusivamente biomédico, que concentra no indivíduo a responsabilidade de se “adaptar aos ambientes”, passando-se a um novo marco, no qual os efeitos da deficiência podem ser atenuados à medida que os entraves, obstáculos, atitudes e comportamentos restritivos e/ou privativos forem minimizados, por meio da remoção das barreiras que obstaculizam tal participação. (CFESS, 2023, p.32)

Nessa ótica, é que a discussão sobre a necessidade de promover a articulação entre política de saúde e política de educação precisa ser pautada. Isso porque, o entendimento da deficiência como uma questão clínica, além de retroceder o debate para questões que estão sendo rompidas, proporcionará uma discussão na qual as reflexões desenvolvidas irão ser

insuficientes frente às necessidades específicas dessas pessoas, além de reproduzir estigmas e violências.

Porém, ainda que os desafios permaneçam latentes, os avanços também são notórios, como a mudança do conceito de Pessoa Portadora de Deficiência para Pessoa com Deficiência e a inclusão do Transtorno do Espectro Autista como deficiência para fins de acesso a benefícios e direitos. Porém, ainda se trata de um debate pouco sistematizado e problematizado ao longo do tempo. Na atualidade, o debate tem ganhado visibilidade, em especial no âmbito do Serviço Social e das campanhas do CFESS/CRESS.

Contudo, pontuar que as discussões e sistematizações sobre o assunto ainda são escassas frente a necessidade e atualidade da temática, não significa apontar que no cotidiano profissional essas questões não apareçam. Isso porque, elas estão presentes em diversas demandas que vão ser postas nos espaços sócio-ocupacionais tanto dos assistentes sociais quanto de outros profissionais inseridos nas políticas públicas. No que tange aos serviços de saúde, elas perpassam tanto as requisições das escolas trazidas pelas famílias e vice-versa, quanto requisições dos profissionais da saúde para a escola.

Assim, a medida em que a requisição de laudos médicos para acesso: ao Atendimento Educacional Especializado, a Sala de Recursos Multifuncionais e mediação tornam-se uma tendência que não está prevista legalmente, é necessário entender as motivações e as expectativas sobre essa requisição por parte da escola, pois eles também podem indicar um caminho na contramão dos avanços conquistados.

Contudo, é importante destacar que as inquietações referentes ao assunto não são decorrentes de uma possível desvalorização do diagnóstico e da sua importância para acessar direitos. Porém, têm como objetivo refletir sobre a função dada a documentação médica, enquanto componente posto como essencial na proposição de instrumentos de caráter pedagógico, na medida em que seu fornecimento não tem como finalidade substituir a necessidade de avaliação e construção de estratégias pedagógicas por parte da escola. Sob esse processo, Silva & Ribeiro (2017 p. 152) contribui afirmando que “esse meio de gerir os processos pedagógicos tem sido considerado como única alternativa para a educação, no qual, patologizar os que a escola não consegue alcançar, faz com que sejam criadas demandas dirigidas aos serviços de saúde.”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sob essa perspectiva, é evidente que a tendência que se expressa pela requisição de laudos médicos são postas com preocupação, pois podem significar retrocessos no movimento anticapacitista.

Assim como, podem indicar questões “sintomáticas” da política de educação, sendo necessário entender em que medida as demandas trazidas pelas famílias, via Escola, não acabam sendo um “mix” de falta de estrutura dessas instituições em atender crianças e adolescentes com deficiência; ausência de profissionais para dar conta das enormes demandas da educação; uma forma de pressão hierárquica por parte dos professores, para legitimar que estão sem condições de atendimento adequado nas escolas; dentre outros. São inúmeras e multidimensionais as causas dessa tendência por laudos médicos, via educação. E nessa perspectiva, que tornam latentes a necessidade de articulação entre as famílias, a política de educação e política de saúde, considerando as necessidades específicas de cada um, que diante desse contexto, não estão sendo alcançadas de forma satisfatória.

A promulgação da Lei 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica inaugura um espaço sócio ocupacional ainda pouco ocupado por assistentes sociais.

No que tange a discussão sobre a intersetorialidade e a fragmentação das políticas de educação e de saúde na construção de um cuidado colaborativo e inclusivo, percebe-se com positividade a inserção de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais da educação, considerando a potencialidade da construção do diálogo entre as políticas.

Dessa forma, sem adentrar no caráter messiânico da profissão (Iamamoto, 2004) e entendendo os atravessamentos do capitalismo neoliberal na promoção do desmonte das políticas públicas — ou seja, como elemento fundamental no processo de fragmentação —, é evidente os impactos da profissão nessa questão.

O Serviço Social contribui juntamente com as demais profissões para criação de estratégias da intersetorialidade, os assistentes sociais com os elementos oriundos da formação profissional, podem contribuir para ampliação desse debate, assim como para a proposição de estratégias colaborativas e transversais de cuidado à pessoa com deficiência.

O projeto ético-político da profissão, construído nos últimos trinta anos, pauta-se na perspectiva da totalidade social e tem na questão social a base de sua fundamentação como já foi referido. Alguns conceitos são fundamentais para a ação dos assistentes sociais na saúde como a concepção de saúde, a integralidade, a intersetorialidade, a participação social e a interdisciplinaridade, já ressaltados no primeiro item deste documento. (CFESS, 2010, p.39)

Tais elementos são fundamentais e atuam na contramão da perspectiva hegemônica vigente e evidenciam os desafios da promoção do cuidado. Nesse sentido, a adoção da intersetorialidade como prática a ser trabalhada nas intervenções profissionais também expressa o compromisso ético-político da profissão no atendimento à pessoa com deficiência. Isso porque, o Projeto Ético-Político da profissão relaciona-se diretamente com a luta do movimento anticapacitista. Pois, os assistentes sociais têm em seu Código de Ética, para além do compromisso com uma prática não descriminalizadora, um postura ativa na luta contra o preconceito (CFESS, 1993).

Nesse sentido, as demandas postas para as famílias de pessoas com deficiência perpassam o serviço social tanto porque são violações de direitos, quanto porque a profissão tem um compromisso fundamental na luta contra o capacitismo. E esse compromisso, se materializa a partir dos preceitos do projeto ético-político da profissão, que permeia tanto os espaços de intervenção profissional no cotidiano, quanto os espaços de debates e embates dentro e fora da profissão.

Assim, na medida em que o objeto de intervenção do serviço social são as expressões da “questão social”, a demandas que perpassam os sujeitos com deficiência — entendida como um marcador social que subjuga os indivíduos e portanto, coloca-os em posição de desigualdade — também torna-se objeto de intervenção profissional.

O modelo social da deficiência, de acordo com Diniz (2007), desloca a deficiência do âmbito do impedimento físico e da lesão, que traz a deficiência para o campo das impossibilidades, como da não participação social.

Esse modelo aponta que temos uma estrutura social que é pouco sensível para a inserção da pessoa com deficiência em par de igualdade com as pessoas sem deficiência. Dessa forma, “a compreensão da deficiência passa a ser produzida para além das questões corporais, abrangendo também as estruturas da sociedade, que são em grande medida barreiras à participação social.” (Cunha, 2021, p.309)

No cotidiano, essas questões irão expressar demandas que também são postas para o serviço social e vão querer respostas profissionais qualificadas. Isso porque, são demandas que representam violações de direitos e expressam uma série de violências, estigmas e preconceitos que as pessoas com deficiência são atravessadas. Além disso, reforçam a necessidade do

compromisso ético-político da profissão em defesa da intersetorialidade como pressuposto para um trabalho profissional crítico e competente (CFESS, 2010).

Nesse sentido, a partir do momento em que existe um “fluxo” de trocas entre os serviços de saúde e as escolas, mediado pelas famílias, para requisição de documentações entre saúde e escola, pode ser fomentada, a partir dessa questão aparente, possibilidades de construção de ações intersetoriais.

Nesse sentido, diante dessa tendência que se expressa de forma latente nos serviços de saúde, é cada vez mais necessário se aproximar dessa temática, pois, os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência ainda permanecem na sociedade brasileira, que ainda reafirma práticas capacitistas estruturais.

Para além disso, como já apontado, os direitos e avanços são e permanecem sendo conquistados por meio de lutas e resistências. Isso significa, para além da movimentação da luta anticapacitista, que esses direitos também são passíveis de retrocessos. Nesse sentido, se apropriar dessa temática também significa defender uma sociedade mais justa e igualitária e sem preconceitos, inclusiva para todas as pessoas com ou sem deficiência.

Considerações finais

O trabalho apresentado teve como proposta trazer reflexões, a partir da inserção profissional em um ambulatório de neurologia pediátrica, da importância de se pensar de maneira articulada e intersetorial, ações entre a política de saúde e a política de educação, visando a promoção integral do cuidado das pessoas com deficiência.

À medida em que as famílias trazem para o campo da saúde requisições do âmbito da escola, torna-se importante produzir reflexões e indagações, buscando entender como a saúde e a educação, podem construir coletivamente estratégias para garantir a permanência das pessoas com deficiência na escola de maneira segura, acessível e cuidadosa, envolvendo de forma participativa todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, talvez as atuais requisições por laudos, relatórios e requisições das escolas para os serviços de saúde, expresse uma potencialidade de intervenções intersetoriais e colaborativas.

Entretanto, não significa que “esse fenômeno aparente” não possa trazer consequências, a longo prazo, onde essa atual tendência possa se consolidar como algo que reforce modelos conservadores da deficiência. Afinal, apesar dos avanços na sociedade brasileira, no que se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

refere às construções coletivas de respostas e intervenções frente ao processo de exclusão/opressão das pessoas com deficiência, os desafios ainda são grandes, uma vez que a desconstrução do capacitismo; a superação dos modelos da deficiência associados a doença; a falta de acessibilidade nos espaços públicos, ainda persistem.

Referências bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 de outubro de 2023.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Brasília, DF. Diário Oficial da União. 07.Jul.2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 20 Ago.2024

_____. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=3%C2%BA%20A%20sa%20C3%BAde%20tem%20comosocial%20e%20econ%C3%B4mica%20do%20Pa%C3%20ADs Acesso em: 17.Ago.2024

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes sociais com Deficiência. Brasília. CFESS. 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfes-s-Acessivel.pdf> . Acesso em: 29.Ago. 2024.

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: CFESS, 2010

Cunha, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 141 [Acessado 27 Agosto 2024], pp. 303-321. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.251>>.]



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2004

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua: PNAD Contínua —. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

Silva, Lenir Nascimento da et al. Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 38, n. 8 [Acessado 28 Agosto 2024] Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT256021>>

SILVA, Renata Maldonado; RIBEIRO, Luana Leal. Permanências do modelo médico nos discursos dos professores da Educação Especial. Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 141–166, 2017. DOI: 10.5965/1984317813012017141. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9378>. Acesso em: 28 ago. 2024.



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social